

ACEF/1718/0112512 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Rui Robalo
Graça Azevedo
Teresa Eugénio
Enrique Bonson
Ricardo Marino Rodrigues

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Coimbra

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Instituto Superior De Contabilidade E Administração De Coimbra

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública

1.4. Grau:

Mestre

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5. 1.5. DR. nº 131 de 9 7 2009 (1).pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Contabilidade e Gestão

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

344

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

345

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

<sem resposta>

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

4 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

40

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

30. Pretende-se reduzir o número máximo de admissões para 30 (trinta), uma vez que as vagas não têm sido preenchidas na sua totalidade.

1.11. Condições específicas de ingresso.

Condições de acesso:

Licenciatura em Contabilidade, Gestão, Economia, Finanças e outras áreas afins.
Título académico superior estrangeiro conferido de acordo com o modelo de Bolonha.
Título académico superior estrangeiro reconhecido pelo Conselho Científico do ISCAC.
Detentores de um curriculum escolar, científico ou profissional atestado e reconhecido pelo Conselho Científico do ISCAC.

1.12. Regime de funcionamento.

Pós Laboral

1.12.1. Outro:

Poderá também funcionar em regime de elearning

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Nas instalações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

1.14. Eventuais observações da CAE:

O número de alunos ao longo dos últimos três anos não justifica funcionar em mais do que em um regime. A IES não apresentou evidência de que este ciclo de estudos possa funcionar em regime de e-learning.

No plano de estudos e na estrutura curricular, a área científica "Contabilidade e Gestão" deve ser substituída pelas áreas científicas "Contabilidade e Fiscalidade" e "Gestão e Administração". Por sua vez, sugere-se um maior balanceamento entre estas duas áreas científicas por forma a representar convenientemente a designação deste ciclo de estudos (Contabilidade e Gestão Pública). Neste relatório, a CAE considerou a existência de apenas uma área científica fundamental (Contabilidade e Fiscalidade).. Deve ainda existir um padrão na fixação de ECTS das unidades curriculares.

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Não

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Em parte

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Em parte

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Em parte

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

O coordenador do ciclo de estudos possui o título de especialista em Gestão e Administração (Decreto-Lei nº 206/2009) e não na área fundamental do ciclo de estudos (Contabilidade e Fiscalidade).

O corpo docente é composto por 15 docentes (correspondendo a 11,8 ETI), dos quais 84,7% (10 ETI) fazem parte do corpo docente próprio da IES e 66,9% (7,9 ETI) possuem o grau de doutor. Por sua vez, 44,9% (5,3 ETI) do corpo docente é especializado na área fundamental do ciclo de estudos, sendo que 28% (3,3 ETI) possuem doutoramento e 16,9% (2 ETI) possuem o título de especialista (Decreto-Lei nº 206/2009).

Existem alguns docentes do corpo docente especializado que não apresentam publicações científicas relevantes.

Um terço das unidades curriculares do ciclo de estudos são da responsabilidade de um só docente. O desempenho do corpo docente é avaliado regularmente, de acordo com o regulamento de avaliação do desempenho docente em vigor na IES.

2.6.2. Pontos fortes

Não aplicável.

2.6.3. Recomendações de melhoria

Aumentar o número de doutores e especialistas na área fundamental do ciclo de estudos (Contabilidade e Fiscalidade).

Reduzir a concentração de unidades curriculares numa só docente.

Incentivar mais docentes da área fundamental do ciclo de estudos a publicarem artigos em revistas científicas.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Em parte

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

O pessoal não-docente afigura-se apresentar as competências necessárias ao ciclo de estudos, mas não ser em número suficiente em horário pós-laboral.

3.4.2. Pontos fortes

Não aplicável.

3.4.3. Recomendações de melhoria

Refletir sobre a necessidade de reforço do pessoal não-docente no horário pós-laboral.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Não

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

A procura do ciclo de estudos é muito baixa. O número de estudantes inscritos no 1º ano do ciclo de estudos nos anos letivos 2016/2017 e seguintes foi de 5 (cinco), 0 (zero) e 7 (sete), respetivamente.

4.2.2. Pontos fortes

Não aplicável.

4.2.3. Recomendações de melhoria

Devem ser implementadas medidas que conduzam ao aumento do número de estudantes inscritos no ciclo de estudos.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Não

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Em parte

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

De acordo com a IES, apenas 4 estudantes concluíram o mestrado nos últimos três anos, sendo que dois destes estudantes são de edições anteriores às do referido período.

Apesar destes estudantes estarem todos empregados (de acordo com a IES), a fraca procura pelo ciclo de estudos indicia que o mercado de trabalho não tem procurado estudantes com este perfil.

5.3.2. Pontos fortes

Não aplicável.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Aumentar a eficiência formativa do ciclo de estudos.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Em parte

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Em parte

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

Alguns docentes do ciclo de estudos estão integrados em centros de investigação externos à IES. Há docentes do ciclo de estudos com publicações científicas. No entanto, existem também vários docentes que não apresentam ainda este tipo de publicações.

Existem algumas ofertas de formação avançada que envolvem docentes do ciclo de estudos, havendo ainda a necessidade de incrementar as prestações de serviços à comunidade.

Há evidência de participação de alguns docentes em projetos de investigação.

6.6.2. Pontos fortes

Não aplicável.

6.6.3. Recomendações de melhoria

Aumentar o número de publicações científicas em revistas internacionais relevantes, na área fundamental do ciclo de estudos.

Ter um centro de investigação na IES que contemple investigação na área fundamental do ciclo de estudos.

Aumentar as prestações de serviço à comunidade.

Aumentar o número de docentes envolvidos em projetos de investigação.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Não

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Em parte

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Em parte

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

O nível de internacionalização do ciclo de estudos é muito baixo. Existem protocolos de mobilidade Erasmus, mas não têm tido adesão por parte dos docentes e dos discentes.

7.4.2. Pontos fortes

Não aplicável.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Aumentar a mobilidade discente do ciclo de estudos.

Divulgar o ciclo de estudos em mercados internacionais.

Oferecer unidades curriculares em inglês.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Em parte

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Em parte

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

Os procedimentos integrados de garantia da qualidade estão ainda numa fase embrionária.

Os estudantes respondem a inquéritos pedagógicos no final de cada semestre, mas referem que não recebem feedback dos mesmos.

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

Os procedimentos integrados de garantia da qualidade estão ainda numa fase embrionária.

Os estudantes respondem a inquéritos pedagógicos no final de cada semestre, mas referem que não recebem feedback dos mesmos.

8.7.2. Pontos fortes

Não aplicável.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Devem ser implementados procedimentos integrados de garantia da qualidade.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

A CAE considera que a IES fez um esforço para reforçar o corpo docente especializado na área fundamental do ciclo de estudos, bem como para aumentar a produção científica. No entanto, ainda se mantém a necessidade de implementar procedimentos internos integrados de garantia da qualidade, nomeadamente a utilização efetiva dos resultados dos inquéritos pedagógicos na melhoria da qualidade de ensino. Também não existe evidência da reflexão sobre a duração do plano de estudos e, conseqüentemente, das horas de contacto, sugerida na avaliação anterior.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

São apresentadas três propostas de melhoria do ciclo de estudos. No entanto, nem sempre os indicadores (teóricos) escolhidos são os mais apropriados, nem são definidas as metas concretas a

atingir em cada ação de melhoria ao longo do tempo. Por sua vez, face às sugestões da última avaliação e à muito baixa procura deste ciclo de estudos, estas ações de melhoria deveriam já ter sido implementadas.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

Não foi apresentada nenhuma reestruturação curricular.

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

A CAE analisou cuidadosamente o conteúdo da pronúncia apresentada pela IES à versão preliminar deste relatório, tendo em consideração as informações adicionais facultadas.

A IES mostrou disponibilidade para reforçar a coordenação do ciclo de estudos, através da nomeação de docente especializado na área fundamental do mesmo.

A IES informa que iniciou um processo de alteração da estrutura curricular do ciclo de estudos, atendendo às recomendações da CAE. No entanto, não apresenta uma proposta concreta da nova estrutura curricular. Assim, a CAE considera que o ciclo de estudos continua a contemplar apenas uma área científica fundamental (Contabilidade e Fiscalidade).

A IES enviou o regulamento de creditação de formação e experiência profissional, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 65/2018, de 16 de agosto.

A IES enviou também a lista do corpo docente do ciclo de estudos para o ano letivo 2019/2020, apresentando um número significativo de docentes a contratar, dos quais não disponibilizou a ficha curricular docente.

Por último, a IES informou que está a procurar implementar medidas para aumentar o número de trabalhos de investigação científica.

11.2. Observações

<sem resposta>

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

Tendo em consideração as evidências apresentadas ao longo do presente relatório, a CAE entende que o ciclo de estudos deve ser acreditado, devendo a IES desenvolver esforços para ultrapassar as seguintes fragilidades:

- Necessidade de o coordenador ser da área fundamental do ciclo de estudos;
- Rácio do corpo docente especializado;
- Baixos níveis de procura do ciclo de estudos;
- Baixos níveis de eficiência formativa;
- Baixos níveis de internacionalização relacionados com a mobilidade discente;
- Efetiva implementação de procedimentos internos da garantia de qualidade;
- Necessidade de possuir um centro de investigação em ciências empresariais e de envolver mais docentes em processos de publicações científicas relevantes;
- Necessidade de incrementar o nível de prestações de serviços à comunidade;
- Necessidade de proceder a alterações no plano de estudos e na estrutura curricular.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

1

12.4. Condições:

No imediato:

- Ter um coordenador especializado na área fundamental do ciclo de estudos;
- Proceder às necessárias alterações no plano de estudos e na estrutura curricular do ciclo de estudos, atendendo às recomendações da CAE.

Dentro de 1 ano:

- Cumprir os requisitos legais do rácio do corpo docente especializado.

Dentro de 3 anos:

- Aumentar as publicações em revistas científicas relevantes;
- Aumentar os níveis de eficiência formativa;
- Aumentar os níveis de internacionalização docente e discente.